

ATA N.º 37/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 22 DE JULHO DE 2019

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 3.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística: -----

-----1) Pedido de licenciamento para ampliação e alteração de moradia unifamiliar para bifamiliar, para o prédio sito na Travessa da Liberdade, n.º 6, em Ferrel, apresentado em nome de Fernando José Faria Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----2) Pedido de licenciamento para ampliação e legalização de alterações de moradia, para o prédio sito na Travessa da Liberdade, n.º 4, em Ferrel, apresentado em nome de António José Conceição Faria Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----3) Pedido para alteração da implantação do muro relativamente ao processo n.º 312/10, com a licença n.º 91/15, para o prédio sito na Rua Maria da Piedade, Lameirinho, em São Bernardino, apresentado em nome de Paula Cristina Ferreira Martinho Bento – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----4) Pedido para construção de telheiro, para o prédio sito na Rua Nova, n.º 23, na Bufarda, apresentado em nome de Maria Glória Reis Martins Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----5) Pedido de licenciamento para construção de muro de vedação referente à construção de moradia, processo n.º 145/15, para o prédio sito na “Datas”, em São Bernardino, apresentado em nome de Stephan Paul L. Keirsbilck – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; ----

----- Divisão de Obras Municipais: -----

-----6) Sinalização vertical e horizontal, para reserva de dois lugares de estacionamento para cargas e descargas, na Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, em Peniche – Pelouro do Trânsito; -----

----- Protocolos: -----

-----7) Protocolo entre o Município de Peniche e a AGEO – Associação Geoparque Oeste para desenvolvimento da candidatura a Geoparque Mundial da UNESCO – Pelouro da Cultura; -----

-----8) Protocolo de parceria entre o Município de Peniche e a ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, no âmbito da adesão do Município ao Consórcio do Projeto “Sextante” – Programa Escolhas 7.ª Geração – Pelouro da Solidariedade Social; -----

----- Equipamentos municipais: -----

-----9) Emissão de senhas de cobrança para o Mercado Municipal – Pelouro da Administração Geral;-----

----- Património municipal: -----

-----10) Edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos – Pelouro da Administração Geral;

----- 11) Aquisição de três armazéns, sítios na zona industrial da Prageira – Pelouro da Administração Geral; -----

----- Documentos previsionais: -----

----- 12) Alteração ao Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2019, modificação 11 – Pelouro das Finanças; -----

----- 13) Orçamento Participativo de Peniche 2017 – Arte Urbana do Bairro Luís de Camões, em Peniche - Pelouro da Administração Geral; -----

----- 14) Mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a junho de 2019, e fundos disponíveis referentes a junho e julho de 2019 – Pelouro das Finanças; -----

----- Apoios diversos: -----

----- 15) Atribuição de apoio extraordinário ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, referente à colaboração em eventos organizados pelo Município – Pelouro da Administração Geral; -----

----- 16) Atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, para apoio aos grupos que participarão no desfile de Carnaval de Verão – Pelouro da Administração Geral; -----

----- Diversos: -----

----- 17) Ressarcimento por danos, solicitado por Luís Ricardo Silva Amâncio Santos - Pelouro da Administração Geral; -----

----- 18) Horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais – Pelouro da Administração Geral; -----

----- Reuniões de Câmara: -----

----- 19) Realização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal no período de verão – Pelouro da Administração Geral. -----

----- 4.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e oito minutos, encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

O senhor Vereador Mark Ministro não esteve presente na reunião por se encontrar no gozo de férias. -----

A senhora Vereadora Cristina Leitão não participou na votação das atas, apenas participou a partir do período de antes da ordem do dia. -----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, durante o período de antes da ordem do dia, Josselene Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, Rodrigo Lopes e Etelvina Alves, Técnicos Superiores de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos um a cinco da ordem do dia. -----

Esteve também presente o senhor Vereador João Serra, da Câmara Municipal da Lourinhã, que fez uma apresentação sobre a AGEO – Associação Geoparque Oeste para desenvolvimento da candidatura a Geoparque Mundial da UNESCO. -----

ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

Foram presentes, aprovadas e assinadas as atas n.ºs 14, 16 e 17/2019, das reuniões camarárias realizadas nos dias 25 de março, 01 e 08 de abril de 2019, tendo sido dispensada as suas leituras por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Câmara. Apenas

participaram na aprovação das atas os membros da Câmara Municipal que estiveram presentes na respetiva reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----
Foi também presente a ata n.º 36/2019, da reunião camarária realizada no passado dia 15 de julho de 2019, mas não foi submetida a votação. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino:

- Deu os parabéns pela organização da Mostra Internacional de Renda de Bilros, à senhora Vereadora Ana Rita Petinga, à equipa que dirigiu, aos técnicos o Município e a todos os trabalhadores envolvidos. Considerou que correu tudo muito bem, as delegações estrangeiras mostraram-se muito satisfeitas, houve melhorias e algumas até bastante relevantes, e esperava que para o próximo ano o evento pudesse correr, ainda, um pouco melhor. -----
- Deu os parabéns à Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia pela realização do 12.º encontro de Bandas Filarmónicas. -----
- Informou que houve uma reunião, na passada segunda-feira, com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna e que, mais uma vez, se manifestaram as preocupações em relação aos insuficientes meios de segurança das várias vertentes, PSP, GNR e, ainda que não fosse a sua área, referiram também a questão da Polícia Marítima. Focaram alguns aspetos em concreto, colocaram a questão dos contratos que estavam previstos celebrar e, também, a eventualidade de o Município vir a aprofundar a possibilidade do sistema de videovigilância. -----
- Realizou-se, também, uma reunião com o responsável da ARS Lisboa Vale do Tejo, o Dr. Luís Pisco, onde foram apresentadas as preocupações quanto ao sistema de saúde e a ambição da região ter um novo Hospital. No entanto, concentrou-se, essencialmente, no atual estado do Hospital, nomeadamente no que se respeita ao edificado, coberturas, fachadas, interior, serviço de urgência básica, a promessa de efetivarem obras, o equipamento e os profissionais. Marcou-se essa posição, mesmo sabendo que decorrem em simultâneo outras formas de pressão e de sensibilização. Referiu que o Dr. Luís Pisco tinha estado presente no debate em Caldas da Rainha, pelo que tinha já alguma sensibilidade para aquilo que vai acontecendo nos vários concelhos, tendo nesse sentido, manifestado a sua solidariedade, dentro da medida do possível. Para reforçar aquilo que transmitiu ao senhor Presidente da AR, transmiti-lo-á através de ofício. Referiu, ainda, que já tinham falado com a Presidente do CHON, para se articularem e centrarem esforços naquilo que era essencial para que se concretizem as principais medidas que nos inquietam e preocupam e que devem ser tomadas o mais breve possível para o bem da nossa população. -----
- Esteve reunido, na sexta-feira, com o responsável regional da Infraestruturas de Portugal. Referiu que discutiram o estado das Estradas Nacionais 114, 247 e do IP6. Já tinha sido comunicado que a questão da limpeza da rotunda de Porto Lobos estava articulada com a empresa e que não seria necessária a intervenção nem da Junta de Freguesia nem da Câmara para fazer o que era da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Perspetivaram a colaboração, tendo em conta a aceitação da descentralização de competências. Informou que se pretende dar continuidade à clarificação desses propósitos. Comunicou que se disponibilizou para que o Município possa encarar maiores responsabilidades, podendo algumas delas ser descentralizadas para a Junta de Freguesia, dependendo dos protocolos, mas que já tinha falado com o senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca dessa possibilidade e ele mostrou-se aberto a essa colaboração. -----
- Promoveu uma outra reunião, mas sobre essa, que tinha a ver com os horários dos bares, disse que se falaria mais à frente durante a reunião, na Ordem de trabalhos. -----
- Declarou que, para o dia seguinte, tinha agendado uma reunião em Lisboa com a Secretária de Estado da Habitação relacionada com a descentralização de competências e com o aprofundamento

do programa Pró-Habita. -----
- Informou, ainda, que o senhor Vereador Mark Ministro não estava presente, porque tirou uns dias de férias. -----

Senhora Vereadora Ana Rita Petinga:

- Associou-se aos votos que o senhor Presidente endereçou, agradeceu a todos os colaboradores do Município que estiveram envolvidos na Mostra, desde a montagem até à recolha, que foram de um profissionalismo incrível. -----
- Disse que já deu início aos contatos com as empresas, no sentido de estarem presentes nos Sabores do Mar, referiu que já se deslocou a várias empresas com o MOV.Peniche e que, durante esta semana, se pretende deslocar a mais algumas empresas para lhes dar a conhecer o que vai ser os Sabores do Mar e o como era importante que estivessem presentes no Festival. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Associou-se aos votos já endereçados, com um sublinhado especial à Mostra Internacional das Rendas, que teve a oportunidade de assistir no passado sábado e, uma vez mais, tinha de registar com agrado e apreço, o trabalho de todos aqueles que contribuíram para o sucesso desta Mostra Internacional que já era uma referência no nosso concelho. -----
- Questionou, relativamente à Associação das embarcações Marítimo Turísticas, uma vez que foi enviado para todos os colegas da Câmara Municipal uma missiva que dizia que o Cabo Avelar, alegadamente, não estaria a cumprir a portaria. Perguntou se havia algum desenvolvimento nesta matéria e o que foi feito nesse sentido. -----
- Manifestou o seu lamento relativamente ao relatório de vistoria do contrato do estabelecimento Comercial Castelinho, na Ilha da Berlenga, que solicitou na passada segunda-feira e foi enviado na sexta-feira. Referiu, igualmente, que no dia 12 de junho de 2019, o senhor Presidente pediu com caráter de urgência, que se pudesse verificar *in loco*, em que condições estava a funcionar o Castelinho da Ilha da Berlenga. No dia 16 de junho foi produzida a informação, contudo a Câmara Municipal só teve acesso a essa informação no dia 19 de julho de 2019. -----
- Ficou, também, desagradado, pelo facto de a Câmara Municipal ter promovido uma reunião com os empresários da área dos estabelecimentos de restauração e afins, bebidas e dança, na passada sexta-feira, que lhe pareceu importante para a decisão que na reunião de hoje terão de tomar, mas que não lhe foi comunicada. Fazia, muitas vezes, a comparação com o mandato passado, porque, embora tivessem muitas discussões com o anterior Presidente, este não dispensava a presença dos senhores Vereadores neste tipo de reuniões, percebia o quão importante era a presença da Câmara Municipal e que, nestas circunstâncias. Seria desejável, seria até de respeitar os princípios básicos da lealdade e da confiança, serem convocados para este tipo de reuniões. Avisou o senhor Presidente que sempre que tenha conhecimento das reuniões, mesmo que não lhe seja participada a sua realização, tudo fará para estar presente. Não esteve na reunião de sexta-feira por motivos profissionais, mas soube que a sua colega, a senhora Vereadora Cristina Leitão esteve presente e que até interveio. Manifestou o seu profundo desagrado e repúdio por esta forma de estar. Disse que hoje, aquando da discussão do ponto 18, acrescentaria valor se a Câmara Municipal tivesse sido convocada e tivesse participado nessa reunião e que, nesse tipo de reuniões, era importante a participação dos Vereadores não com o objetivo de fazer política nem de evangelizar, mas sobretudo com o objetivo de ouvir e colher sensibilidades. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino:

- Informou que, em relação à posição da Associação das Marítimo Turísticas, mais concretamente à comunicação que foi enviada, se aguardam os desenvolvimentos. Aguarda-se, também, uma informação do ISNF, sendo que houve contactos diretos entre a associação, o ISNF e outras

instituições, nomeadamente o Turismo do Centro. Comunicou que a Câmara se posiciona como parte da solução e não dos problemas. -----

- Em relação ao Castelinho, sendo este um processo complicado e com outros desenvolvimentos, a informação solicitada a uma segunda-feira foi partilhada na sexta-feira, tal como mencionou o senhor Vereador. Não querendo lamentar-se, referiu que, infelizmente, não se possuem os recursos humanos suficientes para dar melhor resposta. -----

- Em relação ao horário dos bares disse que, após a reunião da passada segunda-feira, concluiu que havia uma outra forma de agilizar o processo e decidir rapidamente sobre a redução dos horários dos bares noturnos, pelo que decidiu promover essa reunião. Confessou que entendeu, logo na sexta-feira, que tinha cometido o erro de não convidar os senhores Vereadores para a reunião. Por esse mesmo motivo, pediu desculpa e, ainda, afirmou que concordou com algumas questões que o senhor Vereador Filipe Sales referiu. Em termos da análise que fez, por aquilo que tinha vindo a assistir durante os últimos meses, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal, pensou que era pacífico e consensual entre os autarcas, a definição da redução do horário dos estabelecimentos comerciais para as quatro horas. Não pode deixar de referir que, na reunião das Marítimo Turísticas, onde os senhores vereadores estiveram presentes, a intervenção que o senhor Vereador Filipe Sales fez foi, em seu entender, uma intervenção política, tal como na sexta-feira, independentemente de reconhecer que a senhora Vereadora teria razões para estar insatisfeita e para manifestar o seu incómodo, o que disse, na sua opinião, não acrescentou nada de positivo para a resolução do problema. Um problema de segurança que, independentemente dos erros que o senhor Presidente comete, todos deviam ter o bom senso para ajudar a prevenir e a precaver estas questões. Manifestou, ainda, que ficou perplexo e desagradado com a posição do senhor Vereador, da mesma forma que os senhores Vereadores têm o direito de manifestar o desagrado para com as suas posições e das suas atitudes. Confessou que pressionou muito, porque sentiu que se estava a perder demasiado tempo e que, havendo uma oportunidade seria de acelerar. De facto, se convidou os senhores Presidentes de Junta, poderia ter convidado os senhores vereadores. Contudo, como a reunião terminou com a intervenção da senhora Vereadora a sugerir que se fizesse um inquérito aos comerciantes, aos empresários da noite ou na generalidade, sobre se estão ou não de acordo, mas se fizermos depender a nossa decisão dos empresários, mesmo que alguns concordem com o encerramento às quatro horas, são solidários com os outros. Desta forma prefiguram-se muitas dificuldades para implementar esta medida. Comunicou que estava disponível e determinado para decidir sobre esta questão, porque não queria ser acusado de nada ter feito para prevenir estas situações. Mesmo que alguns empresários continuem a reafirmar que a sua responsabilidade era dentro dos bares e que fora dos bares já não era. Disse que, independentemente de atitudes e de outros consumos fora dos bares, era certo que muito do que acontece na noite tem a ver com os consumos e comportamentos, na sequência do que se vai passando em alguns bares. Isso é que preocupa e, seria nesse sentido, que ia procurar lutar e trabalhar para conseguir estabelecer os horários, numa fase experimental. Mesmo que tivesse conhecimento há quatro, cinco ou seis meses da possibilidade de propor ao Executivo Municipal esta deliberação desta forma, tinha feito, mas não conhecia. O nosso Gabinete Jurídico acabou por aprofundar primeiro a situação que estava prevista a reunião de sexta-feira, que foi convocada de um dia para o outro e, só depois, se conheceu outra, aquela que trabalharam para a reunião de hoje. Afirmou que não se estava a desculpar, assumiu as suas responsabilidades e disse que espera no futuro conseguir corrigir estas suas falhas, mas apelava também, independentemente daquilo que o senhor Vereador referiu na sua intervenção sobre a adversidade, as diferenças de pontos de vista que existem, para que houvesse algum cuidado nestas reuniões, de modo a que todos contribuam para melhores soluções em vez de evidenciar as diferenças. Disse que com os comerciantes, empresários e seja com quem for, o que mais interessava, era evidenciar os pontos de vista no sentido das soluções para os problemas com que, infelizmente, se continuavam a debater. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Percebeu o pedido que o senhor Presidente fez, no fundo não podendo condicionar, porque não pode mesmo e nem tampouco foi isso que disse, a intervenção que os senhores Vereadores possam ter, em determinados contextos, aquilo que o senhor Presidente disse é que seria desejável que nesse tipo de reuniões, nas poucas em que participavam, moderassem as intervenções e fossem mais para ouvir e não para enfatizar pontos de discórdia. Afirmou que o desejo e o pedido do senhor Presidente seria legítimo de se fazer se houvesse um clima de partilha dentro desta casa, coisa que não existe. Disse que o senhor Presidente não podia esperar que os vereadores não saiam em defesa da sua honra quando o senhor Presidente reunia com os concessionários de praia sem sequer convocar os Vereadores e quando aludia a pessoas que não se encontram presentes. Disse que o desejo do senhor Presidente seria possível de compaginar se houvesse um clima como houve no passado. Percebeu que o senhor Presidente gostaria que moderassem a forma como falavam numa reunião pública, seja com os operadores Marítimo Turísticas, seja com quem for, mas isso não era possível, quando o senhor Presidente trabalhava de uma forma desleal.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino:

- Não pretende aprofundar discussão em torno da questão da deslealdade, uma vez que se poderia referir a alguns processos, desde o início do mandato. -----

- Em relação ao caso em que aludiu aos senhores vereadores na sua ausência, que o senhor Vereador não concretizou, mas que ele entendeu, foi no seguimento de uma intervenção de um concessionário de praia que se referiu concretamente ao PDM, aos senhores vereadores do PSD e ao senhor Vereador Jorge Gonçalves, em que respondeu que se os senhores Vereadores teriam essa posição o problema desse concessionário estava resolvido. Informou que foi nesse seguimento que se referiu aos senhores vereadores, não tendo por hábito referir-se aos senhores Vereadores em reuniões públicas, mas que em conversas particulares, do mesmo que os senhores vereadores falam e fazem as suas críticas e observações, também ele tem o direito de as fazer. -----

- Em relação aos exemplos do passado, disse que não era nada parecido com o anterior Presidente, e já tem sido referida a questão da partilha do anterior Presidente em comparação com a não partilha do atual Presidente, mas que nem sempre era assim. Considera que tem muito a melhorar e aceita as críticas, mas não vai assumir que há uma colaboração excepcional dos senhores Vereadores em relação a algumas propostas que entende que são importantes para o desenvolvimento do nosso trabalho e, inclusive, a forma como decorriam as reuniões de Câmara, que, para si, são dificuldades acrescidas. Informou que respeitava e por isso é que dizia que se for candidato, vai procurar lutar pela maioria absoluta e vai dizer porquê, tinha essa legitimidade. Não entendia essa necessidade, porque foi vereador num mandato em que o Presidente não precisava de ter maioria absoluta, porque os vereadores subscreviam muito daquilo que eram as suas propostas e pode dizer que também era verdade que procurava muitas vezes os consensos. Pediu desculpa acerca do que pode pedir desculpa, daquilo que pode melhorar referiu que vai tentar melhorar, o restante são diferenças nas personalidades.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Pediu desculpa pelo atraso. Disse que uma vez que o assunto estava em cima da mesa e foi abordado pelo seu colega, relativamente à questão da reunião que houve na semana passada com alguns concessionários de praia e donos de estabelecimentos comerciais, relativamente aos horários de funcionamento, nomeadamente à noite, com o objetivo maior de se poderem encontrar soluções que melhorem a segurança, especialmente noturna, no nosso concelho. Disse que tem vindo, a própria e o senhor Vereador Filipe Sales, a pedir ao senhor Presidente que tome medidas ou que a Câmara Municipal tome medidas no que toca à resolução dos problemas de segurança no

nosso concelho e essa era uma realidade e, portanto, algum caminho tinha que se fazer, por algum lado tinha de se começar. Mas como muitas vezes dizia ao senhor Presidente, quando se toca de matérias que são muito abrangentes, como era a questão da segurança no nosso concelho, essas questões não passavam pela tomada de medidas mais pontuais, passavam por uma tomada de medida ou um encontro de uma série de medidas que levam a um objetivo. Referiu que o senhor Presidente já lhes deu conta dos esforços que tem feito relativamente à questão da implementação de videovigilância em algumas zonas da nossa cidade e do nosso concelho, ao qual, no imediato, disseram estar de acordo. -----

- Sobre outra questão que pediram encarecidamente, por diversas vezes, ao senhor Presidente, que junto das instâncias superiores e de entidades públicas, que pudesse pedir mais reforços para Peniche, nomeadamente nesta época do verão, referindo que o senhor Presidente já deu nota de algumas medidas, que tem tentado procurar conhecer, de alguns programas de policiamento que tem tentado procurar conhecer e por isso, também pensa que se estava a fazer esse caminho e a determinada altura, entendeu, porque também houve reivindicação, que julga ter sido feita por parte do senhor Presidente de Junta de Ferrel, da necessidade de reduzirem horários dos estabelecimentos comerciais do Baleal, à noite, também podia ser uma solução para minimizar estes problemas. Referiu que o senhor Presidente já os viu contestar foi a forma como partilhava a informação com a Câmara e também já os viu contestar a forma como o senhor Presidente geria dossiers delicados, como o dossier da segurança no nosso concelho, tanto que a própria e o senhor Vereador Filipe Sales adotaram uma medida que foi escrever ao senhor Ministro, precisamente por estarem preocupados com a questão da segurança, porque o senhor Presidente entendeu, na altura, que não era dessa forma que se devia fazer e, nesse particular, até chegou a dizer que eram alarmistas. O que percebeu, da reunião em que não foram convocados, é que a questão não estava só na questão dos horários, era uma questão abrangente, que tinha a ver com a questão da segurança, mais até do que a questão dos horários e ficou perplexa. Disse que, começou a intervenção na reunião por reconhecer o esforço do senhor Presidente em realizar uma reunião muito em cima do prazo com o objetivo de conhecer a realidade, para além de dizer que não tinha sido convocada e que não tinha conhecimento, ponto prévio e muito positivo. Disse que, na reunião, o senhor Presidente chegou a ser apelidado de ir para a reunião mais para falar mais do que ouvir, e aí, tinha que concordar porque o senhor Presidente falou muito sobre o que era a sua vontade, mas que a certa altura já referia que era a vontade da Câmara. Concordou com o senhor Presidente que ninguém quer ter problemas de segurança, mas acrescentou que não podia dizer em público que a Câmara é que entendeu, de forma tão leve. Referiu que o que o senhor Presidente devia ter feito, no imediato, era dizer que aquela posição era a sua e não dos membros da Câmara, para que a senhora Vereadora não tivesse que defender a sua posição, que não era nenhuma, mas que não era de certeza aquela. Referiu que o senhor Presidente tem as suas posições, os momentos em que pode falar, que tem muito mais tempo de antena que qualquer outro membro da Câmara, mas que a diferença entre as pessoas que votaram no Presidente e as que votaram nos vereadores do PSD é muito pequena e que o número de pessoas que apoia as posições do Presidente é praticamente o mesmo número das pessoas que apoiam as posições do PSD. Afirmou que, neste momento, o que mais a preocupava era tomar as suas posições em consciência e que para o fazer tinha de as conhecer na totalidade de modo o pudesse fazer em consciência e corretamente, para que o concelho seja melhor. Numa Câmara em que tem minoria, o senhor Presidente deveria dizer que o seu maior propósito é o de reunir consensos. Pediu desculpa pela sua intervenção, que não era técnica nem política, era simplesmente por ter tomado consciência de que nunca tinha visto isto acontecer e que gostava que isso não acontecesse, isto porque o senhor Presidente continuava a entender, ao final de dois anos, marcar reuniões, sem os membros da Câmara presentes. Deu o exemplo que, no mandato anterior, foi muito difícil encontrar uma solução para a Praça Jacob Rodrigues Pereira, tinham opiniões diferentes, referindo que o senhor Presidente António José

Correia disse que tinham que ouvir as pessoas e de marcar uma reunião, onde todos tiveram direito a falar e, no fim, tiveram que conseguir, bem ou mal, entrar num consenso e fazer as coisas nos mínimos que era possível fazer e fez-se. Disse que deviam discutir, pensar numa ideia conjunta, entrar num acordo, reunirem todos com as pessoas e talvez chamar a Polícia por muitos munícipes terem manifestado que queriam conhecer dados sobre as questões policiais, quantos mais efetivos é que tinham, como eram feitas as rondas. Referiu que talvez se pudessem alterar as rondas, e com isso não precisassem diminuir os horários no imediato. Em relação a esta matéria, apelou para que o senhor Presidente veja de que forma é que se pode melhorar a vida dos munícipes do nosso concelho e de que forma é que as medidas que têm que tomar podem ir nesse sentido. Para si, o assunto estava fechado e se o senhor Presidente tomar boa nota deste seu apelo, provavelmente, não a irá ver numa outra reunião a ter que dizer que não era aquilo que entendia, porque devia ter sido o senhor Presidente a fazê-lo. -----

- Relativamente à Regueira do Poço, disse que era uma matéria que vinha a ser discutida desde 2015, referindo que se trata de uma ocupação de um espaço público por parte de um particular. Pediu encarecidamente que o senhor Presidente visse esta questão. -----

- Gostava, também, encarecidamente que o senhor Presidente pudesse pedir às Juntas de Freguesia, uma nota sobre que obras andavam a fazer, que tipo de intervenções estão a realizar. Disse que antigamente, os projetos executados pela Juntas de Freguesia, vinham à Câmara Municipal, que tinha de as aprovar. Disse que era de bom tom que as Juntas de Freguesia viessem dizer à Câmara, aquilo que andam a fazer e quanto muito, primeiro viessem informar, porque havia obras que eram isentas de controlo prévio, mas havia outras que não eram que as Câmaras Municipais é que tinham as competências, porque as Juntas não as aceitaram. Disse ter sido confrontada com alguns pedidos de esclarecimento relativamente às obras que as Juntas têm feito e não consegue dar resposta e falava, nomeadamente, das obras da Freguesia de Peniche. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino:

- Disse que a reunião não estava gravada, mas que tenha consciência, em momento nenhum da reunião com os comerciantes disse que era a posição da Câmara, até porque essa é a que vai ser votada hoje, portanto, entende que não o disse. Afirmou que por várias vezes referiu que era a sua proposta, a sua posição e que achava que era aquela que devia ser tomada, independentemente de todos os constrangimentos. Não lhe passava pela cabeça, nem nunca passou, referindo que o essencial da reunião não foi só para ouvir os comerciantes, porque tinha consciência tal que era necessário e que era importante fazê-lo antes da proposta vir a reunião de Câmara, mas também tinha consciência de que a maioria se iria manifestar contra e, que como era recorrente, afirmariam que a responsabilidade é sempre dos outros, nomeadamente, das Forças de Segurança. Também esteve atento e apanhou algumas afirmações que foram feitas, nomeadamente sobre as rondas e o melhor aproveitamento dos recursos que as Polícias tinham e achou que, ainda que de acordo com a sua sensibilidade tenha havido partes negativas, houve uma questão que, para si, ficou e que era a óbvia necessidade, independentemente das decisões, de atender que este era um setor particularmente sensível, importante e complexo. No essencial, será o setor que poderá pôr em causa a segurança das pessoas. Entende que, provavelmente, deveriam todos, também no seguimento da intervenção que a senhora Vereadora Cristina Leitão teve na reunião, que não gostou, mas que percebe e entende. Considerou que, de vez em quando, ou pelo menos antes do período do verão, deviam reunir as Forças da Segurança, o Executivo Municipal, os senhores Presidentes de Junta, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os interessados para se procurarem socorrer daquilo que estava ao seu alcance, os órgãos que vão sendo aprovados pelo Poder Central, pela Assembleia da República, de modo a tentar aperfeiçoá-los porque, infelizmente, não conseguiam corresponder. Disse que estava convicto que, mesmo com todas estas dificuldades, mesmo correndo esses riscos e tendo consciência de que isto ia criar algumas

dificuldades a um ou outro empresário, não tanto em termos de contratos de trabalho, mas em termos de contratação de serviços externos, nomeadamente DJ's e outras coisas mais. Pesando tudo, mesmo assim, corria o risco e era isso que continua a defender, mesmo percebendo que vão ter que falar mais com as pessoas envolvidas, corria o risco de afirmar que teria mesmo de se experimentar as quatro horas, porque não quer correr o risco de haver alguma situação mais grave. Referiu que, provavelmente, vão ter que se fazer alguns relatórios, mencionou a disponibilidade do senhor Comandante da Proteção Civil que se prontificou para fazer relatórios das situações alarmantes de arma branca que se têm vindo a verificar. Afirmou que talvez tenha de se aprofundar a questão, mas que não há muito tempo e que, portanto, ou se abdicava, no imediato, de dizer que o horário para todos os bares passava a ser até às quatro horas, ou iam aprofundar, fazer estudos, juntar mais conhecimento, fazer mais reuniões e não definir nada para este ano. Esse é um risco com o qual não concorda. Confessa que, efetivamente, às vezes fala demais, mas isso todos o fazem. Disse que era evidente que deviam concentrar a sua atenção e posição, na argumentação de que nestas áreas mais complicadas, nomeadamente na zona do litoral, onde há mais vida noturna nestes períodos que deviam ter atenção especial e a indicação que tinha, era que havia mais efetivos, referindo que lhe foi dito, não só por pessoas daqui, mas com responsáveis distritais. ---

- Em relação à Regueira do Poço, disse que esteve reunido com o senhor Presidente da Junta de Atouguia, a propósito de vários dossiers e que tentara marcar um encontro com o senhor da Regueira do Poço, mas não conseguiram marcar. Declarou que ao aprofundar o processo, se apercebeu que este processo tinha anos, que terá de se consultar advogado, que não desistiram da ideia, mas que iam ver quando é que conseguia marcar uma reunião e quando estavam disponíveis.

- Em relação a pedir às Juntas de Freguesia, disse que podiam fazê-lo, dentro da medida do possível, provavelmente a Junta de Freguesia de Peniche, mas não só, vão avançando, porque não a Câmara não tem condições para os ajudar a desenvolver todos os projetos que eles lhes pediam. Disse que também, de vez em quando, também via as obras que iam sendo realizadas e que, provavelmente a senhora Vereadora também não sabia de todas as obras que a freguesia de Atouguia tem desenvolvido, que têm sido muitas e ele próprio se perde, porque há um propósito facilitador para que se concretizem. -----

- Em relação a outras questões que a senhora Vereadora colocou, nomeadamente o não ter falado com a senhora Vereadora, disse que podia fazer ao contrário, que era falar com a senhora Vereadora e pedir para transmitir ao senhor Vereador Filipe Sales, não tinha qualquer problema em falar com nenhum vereador e será com certeza um prazer falar com a senhora Vereadora. ----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Associou-se aos votos de congratulação, mas porque considera que quando as iniciativas são bem-sucedidas e trazem inovação se deve ir um pouco mais longe, têm o dever de o assinalar e registar. Nesse sentido, associou-se aos parabéns a toda a equipa e ao sucesso de uma iniciativa que dignificou a nossa cidade e o nosso concelho. Também teve a oportunidade de estar na passagem de modelos da Mostra Internacional de Bilros e na mostra local, achou que os vídeos eram adequados à mensagem que se pretendia passar. Achou que de vez em quando, poderia haver uma voz-off diferente, talvez uma voz feminina, mas isso são pormenores pessoais. -----

- Referiu que falou de um projeto de lei do Bloco de Esquerda, na semana passada, que dizia respeito a uma ideia de deixar de financiar as organizações, para passar a financiar apenas projetos de vida independente, mas houve o bom senso de chumbar a recomendação e foi aprovado, apenas, o ponto 1, que era um ponto genérico para dar mais financiamento à vida independente. Todos os partidos, à exceção do Bloco de Esquerda, chumbaram aquilo que era a parte má da coisa, que era o ponto 2. Gostaria de deixar essa nota. -----

- Sobre a reunião com os proprietários considera que já foi tudo dito, mas também considera que todos ganhariam em ter sido informados e em ter participado. -----

- Relativamente à questão da Casa da Bica, questão que achou que estava resolvida, mas não está resolvida porque a Dr.^a Vanda esteve de férias, porque se estava à espera de fazer o acordo de cooperação, porque pediram informações sobre o projeto, isto de acordo com as informações que foram transmitidas à ADEPE. Considera que esta situação é o brincar e com um projeto sério, o brincar, com uma deliberação da Câmara que foi tomada há quinze dias. Afirmou que, pelo menos, havia um consenso por parte da Câmara, mesmo que não haja deliberação, relativamente a esta matéria. Disse que se houver algum problema com a utilização do espaço, se não estiver em condições para ser utilizado que se diga, para que se procurem alternativas. -----

- Sobre a forma de cooperação, entendeu que os debates são vivos e políticos, que tinham a ver com aquilo que era a missão das pessoas que são eleitas para terem pontos de vista. Quis dizer que esta Câmara, por decisão da oposição, só teve dois momentos em que não esteve de acordo ou que não viabilizou as propostas que vieram do Executivo, um foi sobre a alinação de terrenos e o outro foi sobre a questão que envolvia os Bombeiros Voluntários porque, de resto, nunca houve uma oposição que fosse inviabilizadora. Contudo, não era a primeira vez que se dirigiam a si, a dizer que a oposição estava a bloquear o funcionamento da Câmara e esse era um argumento que, pessoalmente não aceitava, porque não era essa a sua postura. Não era seguramente por bloqueio da oposição, até porque a si, pessoalmente, enquanto Vereador, nunca lhe foi solicitado nada, nem nenhuma colaboração a que tivesse dito que não. Declarou que considerava que todos ganhavam se conseguissem alimentar um clima construtivo na Câmara e, da sua parte, acreditava que conseguiam entender-se, que tinham que ser capazes de potenciar a comunicação, confessando-se muito constrangido com estas situações. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Felicitou a organização das Rendas de Bilros, da Rendilheira, da Comissão de Festas da Nossa Senhora da Boa Viagem, do Festival da Sardinha em que teve oportunidade de participar, associando-se a todas essas felicitações. -----

- Disse que continuava à espera de muitas informações que solicitou há muito tempo. Informou que há algum tempo atrás, referiu que preparavam a reunião de Câmara à quinta-feira à noite, depois do jantar. No entanto, os assuntos para a reunião desta semana chegaram, precisamente, na quinta-feira às vinte e uma horas e trinta minutos e não era possível preparar a reunião, para nem falava dos assuntos que só chegaram na sexta-feira. -----

- Relativamente à reunião com os estabelecimentos comerciais, sobre os seus horários, não esteve cá e mesmo que o tivessem convocado não podia ter estado presente, mas não sabia se havia a gravação dessas reuniões ou a ata, porque deveria haver ata. Nestas reuniões em que os membros da Câmara que não são convocados, mas onde, de certa forma, podiam refletir algum pensamento da Câmara relativamente ao assunto que leva a que essa reunião se realize, deveria haver uma ata ou uma gravação dessa reunião. Declarou que vai aguardar para o 18º ponto, em que está prevista a discussão sobre esta questão dos horários e de uma proposta em concreto, para fazer algumas considerações. -----

- Relativamente à questão política entende que por uma questão partidária, ou de um movimento, que se afirme que se vai lutar pela maioria absoluta, mas que não se podia lutar pela maioria absoluta para umas eleições que decorrem daqui a dois anos, quando não se conseguia encontrar as soluções de consenso. Como o senhor Vereador Rogério Cação disse, as únicas questões concretas que foram chumbadas foram a questão do património e a questão do pavilhão Multiusos. Contestou o dizer-se que se vai lutar pela maioria absoluta, porque se chumbam propostas do Presidente para o desenvolvimento do concelho, questionando onde é que estavam e quando foram chumbadas porque não as conhecia. Declarou que não se podia fazer tal uma afirmação de forma tão leviana. -----

- Relativamente à questão do Castelinho, informou que foi referida, há já algum tempo, a

necessidade desta informação vir à Câmara. Havia a noção de que poderiam surgir problemas, mas a função da Câmara é, não só antecipar problemas, como gerir aquilo a que obrigou as pessoas no caderno de encargos. Disse que, na reunião no dia 1 de julho, já tinha solicitado um ponto de situação sobre esta questão do Castelinho. Lembrou que o senhor Presidente fez um despacho, no dia 12 de junho, para uma Comissão que visitou a Berlenga no dia 14 de junho. A Comissão prestou uma informação no dia 18 de junho, que só tinha um despacho “AAT para informar” datado de 3 de julho. Passaram quinze dias para fazer este despacho, sem qualquer informação até hoje, dia 22 de julho, e só foi distribuído na sexta-feira passada. Referiu que, para quem dizia que lutava pela maioria absoluta, quando o senhor Presidente a tiver, então isto vai ser um “forrobodó”, ninguém terá acesso a nada, será a ditadura completa da maioria absoluta, referindo que não era candidato a nada nas próximas eleições, mas que fará campanha contra isso. Disse que enquanto cá estiver, não aceitava que brincassem consigo, e por esse motivo, lavrou um protesto veemente sobre isto e só não fazia uma moção de censura política, porque, por enquanto, ainda era cedo, mas que até sair ainda a fará.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Referiu que o senhor Presidente deu conta de ter enviado um ofício ao concessionário do Castelinho e solicitou que fizesse chegar aos membros da Câmara esse mesmo ofício o mais rapidamente possível, ainda durante o decurso da reunião seria o preferível. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1) Pedido de licenciamento para ampliação e alteração de moradia unifamiliar para bifamiliar, para o prédio sito na Travessa da Liberdade, n.º 6, em Ferrel, apresentado em nome de Fernando José Faria Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 885/2019: Foi presente a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Emitir decisão, relativamente ao pedido de licenciamento para ampliação e alteração de moradia unifamiliar para bifamiliar, para o prédio sito na Travessa da Liberdade, n.º 6, localidade de Ferrel, apresentado em nome de Fernando José Faria Ferreira, no dia 14 de setembro de 2018, tendo por base o parecer emitido pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 14 de julho de 2019.»-----

Deliberado aprovar o projeto de arquitetura, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE). (Doc.444 DPGU 211/18)-----

2) Pedido de licenciamento para ampliação e legalização de alterações de moradia, para o prédio sito na Travessa da Liberdade, n.º 4, em Ferrel, apresentado em nome de António José Conceição Faria Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 886/2019: Foi presente a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Emitir decisão, relativamente ao pedido de licenciamento para ampliação e legalização de alterações de moradia, para o prédio sito na Travessa da Liberdade, n.º 4, localidade de Ferrel, apresentado em nome de António José Conceição Faria Ferreira, no dia 9 de abril de 2019, tendo por base o parecer emitido pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 14 de julho de 2019.» -----

Deliberado aprovar o projeto de arquitetura, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), nas condições do parecer emitido pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 14 de julho de 2019. (Doc.445 DPGU 379/19) -----

3) Pedido para alteração da implantação do muro relativamente ao processo n.º 312/10, com a licença n.º 91/15, para o prédio sito na Rua Maria da Piedade, Lameirinho, em São Bernardino, apresentado em nome de Paula Cristina Ferreira Martinho Bento – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 887/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o pedido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo a alteração da implantação do muro relativamente ao processo n.º 312/10, com a licença n.º 91/15, para o prédio sito na Rua Maria da Piedade, Lameirinho, localidade de São Bernardino, apresentado em nome de Paula Cristina Ferreira Martinho Bento, no dia 3 de maio de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 14 de julho de 2019.» (Doc.446 DPGU 480/19)-----

4) Pedido para construção de telheiro, para o prédio sito na Rua Nova, n.º 23, na Bufarda, apresentado em nome de Maria Glória Reis Martins Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 888/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido, apresentado em nome de Maria Glória Reis Martins Ferreira, em 15 de outubro de 2018, para construção de telheiro, para o prédio sito na Rua Nova, n.º 23, localidade de Bufarda, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 12 de julho de 2019, nomeadamente por incumprimento dos pressupostos do artigo 21.ª e do n.º 2 do artigo 5.º do RMUE de Peniche.» (Doc.447 DPGU 233/18) -----

5) Pedido de licenciamento para construção de muro de vedação referente à construção de moradia, processo n.º 145/15, para o prédio sito na “Datas”, em São Bernardino, apresentado em nome de Stephan Paul L. Keirsbilck – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 889/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para construção de muro de vedação referente à construção de moradia, processo n.º 145/15,

para o prédio sito em “Datas”, localidade de São Bernardino, apresentado em nome de Stephan Paul L. Keirsbilck, no dia 19 de dezembro de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 14 de julho de 2019.» (Doc.448 DPGU 271/18)-----

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

6) Sinalização vertical e horizontal, para reserva de dois lugares de estacionamento para cargas e descargas, na Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, em Peniche – Pelouro do Trânsito:-----

Deliberação n.º 890/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, e de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua atual redação, e considerando informação da Divisão de Obras Municipais, de 18 de julho de 2019, propõe-se apreciação e homologação da sinalização rodoviária para atribuição de dois lugares de estacionamento para cargas e descargas, limitados por um período máximo de 15 minutos, na Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, em Peniche.» (Doc.449 NIPG 12441/19)-----

PROTOCOLOS:

7) Protocolo entre o Município de Peniche e a AGEO – Associação Geoparque Oeste para desenvolvimento da candidatura a Geoparque Mundial da UNESCO – Pelouro da Cultura: ---

Deliberação n.º 891/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de abril de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando o inegável interesse geoestratégico, turístico, cultural, económico, e social, elegível para apresentação de uma candidatura deste território a Geoparque Mundial da UNESCO, como forma de divulgar e preservar um dos mais importantes patrimónios geológicos do país, e a apresentar por esta Associação;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso das competências estabelecidas nas alíneas t) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a minuta de protocolo a celebrar entre o Município e a AGEO – Associação Geoparque Oeste, que tem por objeto a concessão de um apoio financeiro para organização e desenvolvimento da candidatura a Geoparque Mundial da UNESCO.» A senhora Vereadora Ana Rita Petinga não participou na apreciação e votação deste assunto. (Doc.450 NIPG 7013/19)-----

8) Protocolo de parceria entre o Município de Peniche e a ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, no âmbito da adesão do Município ao Consórcio do Projeto “Sextante” – Programa Escolhas 7.ª Geração – Pelouro da Solidariedade Social: -----

Deliberação n.º 892/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a participação do Município nos consórcios dos anteriores projetos desenvolvidos pela ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche ao abrigo do Programa Escolhas, e a relevância social das respostas que têm sido dadas;

Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 143/2019, de 28 de janeiro, a partir da

qual o Município aderiu ao Consórcio do Projeto “Sextante”, do qual fazem parte a ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche (entidade promotora e gestora), a Freguesia de Peniche, a Escola Secundária de Peniche, a Cercipeniche - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Peniche, a Associação Juvenil de Peniche e a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, criado no âmbito de candidatura apresentada ao Programa Escolhas 7.ª Geração.

Considerando que o Município dispõe de alguns recursos importantes para o projeto, nomeadamente a Casa da Bica, as Piscinas Municipais, Autocarros e Técnicos com competências adequadas;

Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a minuta de protocolo a celebrar entre o Município e a ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche, que tem por objeto definir os termos da parceria para desenvolvimento do Projeto “Sextante”, a realizar no âmbito do Programa Escolhas 7.ª Geração.» O senhor Vereador Rogério Cação não participou na apreciação e votação deste assunto. (Doc.451 NIPG 13156/19) -----

EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS:

9) Emissão de senhas de cobrança para o Mercado Municipal – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 893/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a necessidade da emissão de senhas de cobrança para uso no Mercado Municipal, conforme informação prestada pela Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, datada de 12 de julho de 2019, no uso da competência estabelecida na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que se autorize a emissão dos seguintes títulos de coleta:

- Ocupação de Terrado: 30 cadernetas numeradas de 1 a 3 000, série “N”, cor creme, da taxa de 1,35 €;

- Ocupação de Terrado: 10 cadernetas numeradas de 1 a 1000, série “N”, cor cinza, da taxa de 0,68 €;

- Terrado, Venda por Grosso: 2 cadernetas, numeradas de 1 a 200, série “I”, cor rosa, da taxa de 2,45 €;

- Terrado, Venda por Grosso: 5 cadernetas, numeradas de 1 a 500, série “N”, cor azul claro, da taxa de 1,10 €;

- Utilização de Balanças: 1 caderneta, numerada de 1 a 100, Série “J”, cor amarelo torrado da taxa de 0,45 €;

- Utilização de Frigoríficos: 5 cadernetas, numeradas de 1 a 500, Série “J”, cor azul escuro, da taxa de 1,80 €;

- Utilização de Frigoríficos: 5 cadernetas, numeradas de 1 a 500, Série “J”, cor amarelo escuro, da taxa de 0,90 €.» (Doc.452 NIPG 12737/19)-----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

10) Edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 894/2019: Passando a Câmara Municipal à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores abaixo identificados: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que se aguarda a disponibilidade do LNEC para fazer a segunda vistoria de avaliação, sendo que este processo incomodava por se ir arrastando, também era verdade que, na sua opinião, as exigências da intervenção no edificado vão levar a que, se a solução for reabilitar o edifício, vai ter que se fazer ali uma obra considerável, que não se fazia em dois ou três meses. Vai continuar a insistir para que seja feita a tal segunda avaliação para depois, na posse de mais dados decidirem o que fazer. Se a resposta à segunda avaliação for positiva, estarão em condições de encarar a reabilitação do edifício, confessando que seria essa a solução que mais gostaria. Em seu entender, a resposta demoraria pouco tempo, porque as conclusões seriam fáceis de retirar. Se se considerar que o sistema rochoso está em condições de continuar a suportar o edifício, o problema estava resolvido e então seguia-se para o projeto de execução. Declarou que, neste momento, estavam dependentes do LNEC e afirmou que se fizerem essa avaliação em dias em que o mar o permita, uma vez que por ser uma zona de correntes e não era fácil mergulhar ali, já tinham a colaboração dos Bombeiros garantida há algum tempo, mas que se não tivessem seria necessário arranjar outra solução. Face às circunstâncias, se houvesse essa solução no final do mês de setembro, se estiverem na posse desses dados, estarão em condições de tomar essa decisão, internamente ou contratando o projeto de execução para intervir, tendo em conta os relatórios. Achou que todos têm um carinho pelo edifício e para além disso, era uma mais valia que ninguém podia desvalorizar. Disse que se não recuperarem o edifício, dificilmente a APA ou qualquer entidade vai deixar fazer um edifício numa situação de localização privilegiada e isso também nos devia deixar um pouco defraudados. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Concordou que se deve diligenciar no sentido de a recuperação ser o mais urgente possível. Contudo, revelou sobre se não deveria haver uma solução, ainda que precária, por ser uma das zonas mais visitadas da nossa cidade e que, atualmente as pessoas iam ali, para além de não poderem ir ao miradouro, porque estava fechado, nem sequer tinham onde tomar um café. Afirmou que não sabe se seria possível ou não, mas que se devia, pelo menos, arranjar uma estrutura ligeira que pudesse servir cafés, águas de forma a dar conforto a pessoas que ali vão na expectativa de ir beber um copo e ir ver o mar. Disse já ter visto soluções ligeiras, daquelas que são desmontáveis, noutros locais, em outras praias, mas não sabia se iam a tempo por já estarem em agosto. Disse que não tinha assim tanta esperança que a obra seja assim tão rápida e, por isso, talvez valesse a pena, pelo menos, estudar a situação. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que se houver a avaliação e antes de chegar ao inverno puderem decidir, poderão ver quais são as soluções de futuro. Disse que uma obra, hoje, com uma boa empresa se faz com alguma rapidez. Declarou, ainda, que a APA levanta muitas questões para aquele espaço que, confessou, teve algum receio de levantar falar desse problema e ficar sem nada. Referiu que a Câmara está a perder a oportunidade de decidir adjudicar o espaço e que a fazê-lo terá de se pedir pareceres e abrir a hasta pública. Afirmou, ainda assim, que era uma questão pertinente e que a podiam avaliar. Concluiu dizendo que se iria ver se havia alguma possibilidade sobre essa questão. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Em relação à matéria que o senhor Vereador Rogério Cação levantou de uma solução provisória, considera que foi aquilo que foi tentado com a questão do estudo que depois teve muitos constrangimentos, pelo que a Câmara a fazer uma coisa dessas de um modo formal dificilmente o faria para este verão. Para já, também não tinha opinião sobre o assunto, ou seja, a fazer, teria de ser de forma não legal e aí não lhe caberia dizer nada sobre isto. Afirmou que, de facto existem

soluções modelares muito simpáticas, em madeiras, que hoje poderiam servir ali amanhã poderiam servir noutra local, mas que não sabe dizer se se pode ou não ali colocar uma estrutura daquele género. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Disse que nunca estará tudo resolvido na nossa terra e até seria um mau sinal se algum dia, alguém que ocupasse a cadeira do senhor Presidente dissesse que estava tudo resolvido e que só seria preciso fazer a gestão corrente, existiriam sempre dossiers que careciam de uma intervenção. Afirmou que é exigido aos autarcas a capacidade de antecipar problemas e, talvez mais do que isso, depois de os problemas, serem capazes de hierarquizar prioridades de intervenção. Referiu que há todo um conjunto de dossiers, lembrando-se da Nau dos Corvos, do Porto da Areia Sul, do Tasca Areia, do terreno sito na Avenida Monsenhor Bastos, que agora era utilizado como parque de recreio balnear e outros, que são urgentes e cada um deles tinha a sua prioridade. Declarou que o dossier da Nau dos Corvos era, em seu entender, o mais premente. Tinha a convicção de que este assunto era um assunto prioritário. Disse que, inicialmente, logo na segunda reunião de Câmara, elencou um conjunto de prioridades, em novembro de 2017, confessando genuinamente, que o que queria, era passar este conjunto de preocupações, para que depois, o senhor Presidente pudesse estabelecer as suas prioridades ainda que nada fizesse prever que a Nau dos Corvos apresentasse um risco até ao nível do miradouro. Tinham uma noção de que aquilo era uma estrutura que apresentava alguns vestígios de degradação, mas nunca ao ponto de colocar em causa o ponto de vista estrutural. Com esta sua intervenção, intenta reforçar a ideia de que a intervenção na Nau dos Corvos, na sua opinião, deveria ser a prioridade absoluta número um, porque o que era facto, e têm ouvido alguns comentários de pessoas que vêm à nossa terra e a primeira coisa que faziam era ir à Nau dos Corvos, ir àquela zona, ir ao miradouro. Concluiu declarando que tem de se arranjar uma solução. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Afirmou que não era possível existir uma prioridade número um, porque as prioridades número um, são as pressões constantes que existiam nesta casa, todos os dias. Disse que, enquanto noutros processos as coisas podem não ter corrido como previsto, em relação à Nau dos Corvos, assim que lá foram os nossos técnicos e estes terem assumido que não se sentiam em condições para fazer a avaliação como devia ser feita, não se poderia mascarar aquela situação, que talvez, noutros momentos, talvez tenha sido feito, pelo que tentaram contratar o melhor que havia. Disse que a exigência que existe em termos dos serviços que o LNEC presta, se calhar não a entendem como uma prioridade. -----

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Informou já ter feito referência que face a um problema desta dimensão que os nossos serviços não tenham condições para fazer este tipo de vistorias. Referiu que a necessidade da vistoria ao edifício foi feita na deliberação de 5 de julho, já fez um ano, o problema é que os serviços só informaram que não conseguiam fazer a vistoria a 5 de julho e que a Câmara só solicitou a vistoria ao LNEC a 23 de janeiro. Acrescentou que aquele é um dos locais mais procurados do concelho e que estavam aqui perante um problema, porque tendo sido feita a vistoria em março, o relatório produzido em maio, já decorre o mês de julho e ainda que o LNEC seja uma entidade conceituada nestas matérias, a Câmara tem necessidade de ter uma informação sobre isto e o LNEC pode não ter a capacidade de resposta para fazer a segunda avaliação rapidamente e há outras empresas públicas eu desenvolvem este tipo de procedimento que é urgente que aconteça. Questionou se o concessionário já foi ou não notificado para iniciar o pagamento dos 50% em quarenta e oito meses. Entretanto, decorreram desde o encerramento do estabelecimento no dia 31 de outubro de

2018 nove meses. Inquiriu sobre a estratégia relativamente aos 50%, porque não eram pagamentos futuros, não é crédito, mas dívida.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Sobre a dívida referiu que pressionou para que fosse viabilizado um acordo temporário com o concessionário que pressupunha o pagamento das rendas e de 50% da dívida. Tal só se conseguiu porque houve efetivamente esse acordo, caso contrário o desfecho teria sido outro e o concessionário não tinha pago, naquela altura, os 50 %. Havia a pretensão de fazer a avaliação e depois disso, avaliavam a situação, saber qual era a decisão em relação ao futuro, se iriam encontrar uma solução com aquele concessionário ou não e a partir daí, tomar as outras decisões, porque a Câmara vai ter de tomar a decisão. Não se encontra muito otimista que a seguir, o concessionário comece a pagar a dívida através de prestações, estava a ver se havia mais alguma informação, se havia a avaliação para se ter consciência e definir o que é o futuro daquele edifício para depois, perante os factos, dizerem qual o caminho que a Câmara decidiu. Disse que estava a passar demasiado tempo e o concessionário já pediu algumas vezes para reunir sobre esta questão. Afirmou que a notificação será o mais fácil de fazer. -----

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Concordou que a notificação era o que custava menos, mas podia ser importante para a Câmara. Admite que não paguem, mas terá que haver um desfecho relativamente a este procedimento porque se há uma dívida de trinta mil euros, na pior das hipóteses, ela teria que ir para Tribunal, era bom que assim não acontecesse, mas admitiu que possa acontecer. A notificação será a prova de que a Câmara fez a exigência do pagamento e a não deixou arrastar no tempo, ou seja, o problema não deixou de depender de uma solução futura. Do ponto de vista processual e para desenvolvimentos futuros afirmou que deveria ser considerada essa hipótese.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que ia procurar fazer uma reunião com o concessionário e depois dizer o que se pretende.

11) Aquisição de três armazéns, sítos na zona industrial da Prageira – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 895/2019: Deliberado retirar da ordem do dia a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, referente à aquisição de três armazéns, sítos na zona industrial da Prageira, devendo o assunto ser presente na próxima reunião de Câmara. (NIPG 6534/19)-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

12) Alteração ao Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2019, modificação 11 – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 896/2019: Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor dos membros da Câmara eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitos Por Peniche, do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, e duas abstenções dos membros da Câmara eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - «Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, ratifico o meu despacho do dia 17 de julho de 2019, emitido ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, em que aprovei a alteração aos documentos previsionais para o ano de 2019 (modificação n.º 11), conforme os documentos em anexo.» (Doc.453 NIPG 13085/19)-----

13) Orçamento Participativo de Peniche 2017 – Arte Urbana do Bairro Luís de Camões, em Peniche - Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 897/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 16 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Na prossecução do Orçamento Participativo de Peniche do ano 2017, no que respeita à execução do projeto “Arte Urbana do Bairro Luís de Camões”, e considerando que findo o procedimento de concurso para pintura artística de seis empenas, aberto em cumprimento da reunião de Câmara Municipal datada de 18 de março de 2019, o júri de concurso considerou três projetos. Considerando a deliberação de Câmara Municipal datada de 13 de maio de 2019, que aprovou a auscultação direta de artistas, com vista à intervenção nas restantes empenas, o meu despacho, datado de 14 de maio de 2019, e a informação técnica anexa, nos termos do previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho a admissão dos seguintes projetos:

NOME DO PROJETO	ARTISTA CONVIDADO
<i>Figuras de Peniche: Varina, Pescadores, Amanhar do Peixe</i>	<i>Inês Miguel Araújo de Freitas e Flávio Henrique Queirós Vieira</i>
<i>O Pescador e o Mar</i>	<i>João Alves e Olivença</i>
<i>Peixes: espécies representativas de Peniche</i>	<i>Debora Ferreira de Sousa</i>

(Doc.454 NIPG 13013/19)-----

14) Mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a junho de 2019, e fundos disponíveis referentes a junho e julho de 2019 – Pelouro das Finanças:-----

Deliberação n.º 898/2019: Por proposta do senhor Presidente, a Câmara Municipal tomou conhecimento dos mapas de controlo orçamental da receita, controlo orçamental da despesa e execução das Grandes Opções do Plano, referentes a junho de 2019, e fundos disponíveis referentes a junho e julho de 2019. (NIPG 13066/19)-----

APOIOS DIVERSOS:

15) Atribuição de apoio extraordinário ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, referente à colaboração em eventos organizados pelo Município – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 899/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pelo Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceda à referida entidade um subsídio extraordinário, no valor de 2 375.00 euros, referente à colaboração nos eventos organizados pelo Município “Dia do Pescador”, “Triatlo” e “Corrida das Fogueiras”.» (Doc.455 NIPG 12597/19)-----

16) Atribuição de subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, para apoio aos grupos que participarão no desfile de Carnaval de Verão – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 900/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 17 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a informação interna dos Serviços de Turismo, em anexo, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceda um subsídio, no valor de 250,00 euros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, enquanto coordenador do Carnaval de Verão, destinado a criar condições para a participação dos grupos no desfile.» (Doc.456 NIPG 13057/19)-----

DIVERSOS:

17) Ressarcimento por danos, solicitado por Luís Ricardo Silva Amâncio Santos - Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 901/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 16 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a informação do Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho n.º 1020/19, de 10 de julho de 2019 e do Gabinete Jurídico n.º 32/19, de 26 de março de 2019, proponho que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, assumam os encargos provenientes do sinistro, ressarcindo Luís Ricardo Silva Amâncio Santos de todos os danos reclamados, no valor de 195,87 euros, (IVA já incluído) a fatura da despesa apresentada e junta ao processo.» (Doc.457 NIPG 1093/19)----

18) Horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 902/2019: Por proposta do senhor Presidente, deliberado retirar da ordem do dia a proposta referente aos horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais. Ficarão registadas em ata as declarações dos membros da Câmara Municipal. (NIPG 13164/19)-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o assunto estava devidamente enquadrado, a proposta tem um conjunto de considerandos, referiu que durante a reunião já falaram sobre esta questão, obviamente conscientes que não era um assunto fácil e que também mexia com o interesse das pessoas, das empresas. O que estava em cima da mesa, era saberem se queriam tomar essa decisão e estabelecerem uma nova regra, que era limitar a abertura dos estabelecimentos até às quatro horas, ou se queriam outro caminho sobre este assunto. Da sua parte, continuou a manter que achava que era importante aprovarem esta medida, por precaução, independentemente de todas as outras medidas que podiam trabalhar e podiam entender como importantes para melhorar o futuro da segurança neste concelho, mas a realidade demonstrava, particularmente na zona do Baleal, que as coisas poderão tender a agravar-se e para que não se repitam acontecimentos que já ocorreram no passado e que havia alguns indícios que poderão voltar a acontecer, a proposta da medida seria nesse sentido. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que era uma das matérias em que já teve mais certezas e agora tinha mais dúvidas, por várias razões, primeiro porque sendo uma zona balnear muito procurada, tinham que, de alguma

maneira, ser concorrenciais com outras zonas balneares e o que acontecia era que não podiam restringir na nossa, as coisas que se passavam nas outras, sob risco de perderem clientes, até porque todos sabiam que o funcionamento, tendencialmente, era sempre o mais alongado possível. Isto fez-lhe pensar, por um lado, esta questão, que era puramente económica, tinha a ver com os proprietários, mas também tinha a ver com a oferta que tinham para aqueles que nos visitam e que queriam “*curtir*” a noite. Disse que se já tinham uma oferta noturna que não era muito qualificada, na sua opinião, uma medida destas, podia ser restritiva, por um lado, e percebia a medida. Por outro lado, havia a questão de que até que ponto esta medida resolvia o problema, porque fechando os bares, as pessoas mantinham-se fora deles, porque grande parte das questões ocorriam sempre depois de os estabelecimentos fecharem. Por outro lado, havia a necessidade de ouvir a outra parte, que são os comerciantes, que soluções alternativas existiam, que envolvessem os donos dos bares, e as autoridades policiais, que impeçam que se volte a passar aquilo que se passou. Na sua opinião, o problema não estava no horário, estava nas pessoas e sobretudo, em pessoas que consomem drogas, incluindo álcool, em excesso e, portanto, temeu que estivessem a tomar uma medida, que era bem-intencionada, mas podia ser inocua. Quis partilhar estas suas preocupações, porque temia que estivessem a tomar uma medida que vai contra aquilo que os próprios comerciantes defendiam, admitindo que preferiam ter a casa aberta até mais tarde, por razões óbvias, por ser o seu negócio. Confessou que não sabia se esta medida resolvia o problema, era assim tão positiva. -----

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Disse que tinha muitas dúvidas relativamente a esta matéria porque já percebeu que a ideia desta proposta advém da utilização dos estabelecimentos comerciais no Baleal, mas se circunscrevessem isto ao Baleal, tubo bem, mas quando se tratava de um regulamento, o regulamento previa normas de funcionamento, regulava para o futuro e fazia diferenciação e por isso, na proposta de regulamento que estava para ser discutida, havia uma salvaguarda das zonas habitacionais, do barulho das zonas habitacionais e o que tinham era uma coisa muito genérica para todo o concelho e quis dizer que ficava assustado se fosse fora de Peniche a ler uma proposta destas. Disse que como não atuaram em tempo e há dois anos que andavam com esta história e a nossa assessora jurídica para esta área não conseguiu dar-lhes em tempo, uma proposta para procederem de acordo com ela. Disse que se tivessem uma proposta que circunscrevesse a limitação do funcionamento, onde havia problemas, tudo bem, mas estavam a fazer uma proposta para todo o concelho, que na sua opinião, não resolvia absolutamente nada, desde que encontrassem uma solução para o Baleal. Disse que se esta proposta era do senhor Presidente da Câmara e achava que com ela resolvia o problema, não vai inviabilizá-la, vai abster-se, porque não resolvia nada, continuando a manter as críticas que continuava a ter até aqui. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Também se absteve e não vai inviabilizar. Disse que também tinha dúvidas. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão.

- Em relação a esta proposta, efetivamente esta questão de tratarem por igual, coisas que são manifestamente diferentes, ficava difícil e percebeu porque o senhor Presidente a colocava nesta situação, porque não queria diferenciar uns dos outros, mas a verdade é que são efetivamente diferentes. Lembrou que no mandato anterior, quando tinham situações de bares em que existia ruído e que existia reclamações, existiam situações em que a Câmara tinha uma forma de atuar, de mandar fazer um acompanhamento ao ruído e depois, se se verificasse que não havia condições de funcionar, fechava, era uma forma que a Câmara tinha de atuar. Não se recordou de a Câmara nunca mais ter usado, ou pelo menos neste mandato, a Câmara já não usou este sistema pontual que tem e que ainda podia usar para resolver problemas de ruído, de vizinhança. Sobre a questão

de hoje terem uma liberalização dos horários, ou seja, podiam usar o horário que entenderem, perspetivar, essencialmente o verão e alguns até perspetivaram mais do que o verão, porque contratavam as pessoas, além do verão, com um determinado pressuposto, de que estariam abertos até à hora que entendessem e agora poderão ser alvo de prejuízos, uma vez que tinham uma série de contratos que vão ter que terminar abruptamente, também era uma questão que, do ponto de vista de quem tinha o negócio, a Câmara também não podia ser alheia só porque há empregos que se fazem com base neste pressuposto e portanto, também tinham que ter alguma cautela nesse sentido. Sobre uma questão que o senhor Vereador Jorge Gonçalves também falou, e que o senhor Presidente também disse, de terem que passar a ideia que são um concelho seguro, mas tinham que passar para além da ideia e para isso, tinham que ser mesmo seguros, tinham que tomar as medidas. Disse que os descatos aconteciam todos fora dos bares e até agora, o que aconteceu de grave no Baleal, aconteceu fora do bar, não aconteceu dentro do bar porque o bar contratou segurança, que podia atuar dentro do estabelecimento, só não podia atuar fora, não tinha autoridade para atuar fora e se não houver policia, podiam estar todos nos bares às duas da manhã, tinham lá um segurança, iam todos para a rua e era lá que acontecia o problema, perguntando onde é que estava a segurança na rua, que estaria através das forças de segurança que não estavam lá. A questão do horário não lhe pareceu efetivamente que venha resolver o problema da insegurança fora dos bares, porque era disso que estavam a falar. Referiu que reclamaram muito de que os bares do Baleal, até estariam disponíveis a poderem fazer uma redução do horário, se tivessem a certeza que quando fecham os bares, a Policia estava lá para verificar se estava ali, o cumprimento depois, no espaço público e, portanto, havia aqui, um meio termo, ou seja, até podiam vir a aceitar certas condições, desde que a Câmara também garantisse com a Policia, outras condições. Se lhe disserem que no Baleal, as quatro horas era o horário fixo, perguntou porque não eram as cinco horas, referindo que já não tinham uma discoteca em Peniche e aqueles bares do Baleal serviam como discoteca, mas se lhe disserem que as quatro da manhã, para a Avenida do Mar, o horário eram as três ou as duas horas da manhã, também não sabia aferir. Referiu que o senhor Presidente disse que era as quatro horas para todos, mas não lhe pareceu, achou que cada sitio tinha uma especificidade. Disse que se devia fazer uma auscultação mais pontual, em função das zonas. Referiu que alegaram uma coisa que a deixou sensibilizada que foi fecharem os bares às quatro da manhã, as pessoas beberam bastante, vinham para o estacionamento do Baleal, consumiam drogas fora dos bares, onde a Policia não estava a controlar, agarravam nos carros, iam para a Areia Branca, para outros concelhos, iam para a estrada e aconteciam sinistros e acidentes. Disse que a questão podia não estar na questão dos bares e dos horários, podia estar a montante de terem Policia, de poderem ali ter, na rua, que era o que lhes competia, a segurança. Referiu que falaram na questão dos sinistros, do álcool, destas questões de haver diferença entre o que era o Baleal e o que era Peniche, o que era a Avenida do Mar e, portanto, achou que não deviam adotar esta medida sem pelo menos conhecer o que são os números dos efetivos que forma reforçados cá, se havia previsão de mais reforço, se vão ter ou não, algum programa para o mês de agosto, em concreto, para o Baleal e para a zona da Avenida do Mar. Gostava que o senhor Presidente pudesse concretizar mais a questão do número de Policias, o número de efetivos, quais foram os episódios que ocorreram, lembrando o senhor Presidente que fazia parte do Concelho Municipal de Segurança, mas a senhora Vereadora não fazia, referindo que efetivamente, tinham lá um representante que lhes vai dando conta daquilo que vai acontecendo, mas a senhora Vereadora desconhecia e sabia que eram feitas apresentações, via power point, e isso era uma informação que devia vir à Câmara Municipal e depois, na próxima semana, podiam ver este assunto.-----

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Em função daquilo que a senhora Vereadora Cristina Leitão disse, referiu que a primeira parte tinha a ver com os prejuízos e como não esteve nessa reunião, não sabia o que os operadores ou

os comerciantes tinham ou não, de prejuízos com esta medida. Soube que quando discutiam um regulamento, punham-lho em discussão pública, toda a sociedade que queria participar, podia fazê-lo e depois, a Câmara devia aferir essa discussão pública e tomar a decisão e nesta aqui não, era um estado de exceção em que ninguém participava, e por isso é que chamou de *“bomba atômica”*, mas como a senhora Vereadora Cristina Leitão disse, se houver lesados, não havia problema, a Câmara pagava. Disse que não sabia quem é que fez a proposta, que não dizia só o que estava lá, também foi ler o código, referindo que: *“Os atos administrativos praticados em estado de necessidade, com preterição das regras estabelecidas no presente código, são válidos, desde que os seus resultados não pudessem ter sido alcançados de outro modo.”*, referindo que tinha dúvidas sobre isso, mas os lesados tinham o direito de ser indemnizados nos termos gerais da responsabilidade da administração, porque se tinham uma coisa e a Câmara lhes estava a tirar com esta base, o estado de necessidade, podiam dizer à Câmara que foram lesados por uma decisão da administração e que querem ser indemnizados, e a Câmara indemnizava. -----

Senhor Vereador, Filipe Sales:

- Julgou que esta discussão tinha que ver, sobretudo, com a ausência de uma regulamentação adequada e como a senhora Vereadora Cristina disse, quando foi publicado em janeiro de 2015, uma legislação que liberalizou os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, as Câmaras tiveram que *“ pôr pernas ao caminho ”* e regulamentar nesse sentido. Falou sobre o caso de Torres Vedras, até porque era um município que o senhor Presidente gostava de utilizar como referência, e que de certa forma, também compreendia e concordava em algumas circunstâncias, Torres Vedras tinha um regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos e esse mesmo regulamento, tem estabelecidas três tipologias de estabelecimento e em função dessas mesmas tipologias, tem um horário atribuído, se for do tipo 1, tinha de fechar à meia noite, se for do tipo 2 tinha de fechar às três, se for do tipo 3, tem que fechar às seis, porque tem muito que ver da tipologia dos próprios estabelecimentos. Recordou que na altura em que discutiram, até com o Arquitecto Ribeiro Goncalves, a matéria deste regulamento, ainda no mandato anterior, chegou a colocar uma questão relacionada, que não tinham em vigor, que era uma carta de ruído do próprio Município. Tinham que ter consciência de quais são as zonas mais sensíveis que são, sobretudo, as zonas habitacionais, onde naturalmente, os funcionamentos dessas atividades perturbam a tranquilidade de quem ali tem as suas casas e ali habita, portanto, deviam salvaguardar essas pessoas, e este regulamento deve dar um contributo muito importante neste sentido. Para si, correlacionar de forma direta, os bares funcionarem até às seis horas, leva ao aumento da criminalidade, não tinha a certeza que isso seja dessa forma. Tinha muitas dúvidas que a declaração deste estado, não era de sitio, mas era praticamente um estado de sitio e o senhor Presidente referia também, na sua proposta, que era para entrar em vigor no dia seguinte à decisão e até a situação se encontrar restabelecida, onde também concordou. Para si, esta proposta, era uma proposta de alarme, e voltou a dizer que para si, podia ser pernicioso estarem a correlacionar de forma tão clara, que os bares promovem a insegurança. Disse que a segurança, de facto, existia e defendeu desde a primeira hora, para si era uma preocupação grande até pela tranquilidade nas zonas residenciais e aqui, não interessava se A ou B eram seus amigos, tinha um principio. Sobre a falta de meios e recursos a nível das policias, achou que isso era inequívoco, era óbvio que o senhor Presidente há pouco, deu o exemplo de alguém que infelizmente, perdeu a vida de forma trágica, e todos ficavam sensibilizados com isso, mas não tinha a certeza que seja isto que vá resolver o problema. Achou que as Forças de Segurança deviam apostar num policiamento muito forte e o estarem a reduzir das seis horas para as quatro, até a situação estar restabelecida, não lhe pareceu que fosse o mais razoável porque existiam zonas e zonas e para si, existia uma questão que tinha que ver com a falta de policiamento e essa sim, devia ser a prioridade. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Já percebeu a posição dos quatro senhores vereadores, obviamente que o próprio e a senhora Vereadora Ana Rita não se vão arriscar sequer a absterem-se e ser passado pelos seus votos, portanto, não vai pôr a proposta a votação. Disse que a partir de agora, também tinha o direito, face às dificuldades, referindo que a GNR, obviamente, não vai reagir negativamente e vai tirar os reforços que colocou mais recentemente e a disponibilidade para acompanhar melhor as noites, mas era quase impossível alguma entidade neste momento, dizer que a partir de agora, mesmo que fosse às quatro horas da manhã, mesmo nos bares mais problemáticos, tinham agentes para controlar. Disse que estava tranquilo, referindo que ia fazer uma declaração em relação a isto, fez aquilo que entendeu que era o seu dever, independentemente de os senhores Vereadores entenderem que não era este o caminho. Percebeu que era mais pacífico e mais aceitável, que o assunto fosse discutido em termos do próximo regulamento, que espera que seja para breve, para discutirem, mas achou que deram aqui um sinal e talvez protegessem as pessoas que não se conseguiam proteger, particularmente os jovens que muitas não tinham a perceção das suas atitudes e dos seus comportamentos. Disse que a proposta vai ser retirada e em termos de futuro, vão ver como é que trabalhavam. -----

Senhor Vereador, Filipe Sales:

- Disse que pela forma como o senhor Presidente fez a sua intervenção, não lhe pareceu razoável que agora vá retirar a proposta e diga que cumpriu a sua missão, em apresentar uma proposta e se houver algum problema de insegurança, já não era consigo, porque apresentou uma proposta. Disse ao senhor Presidente que se era a sua missão trazer aqui uma proposta, colocava-a a votação, tinha oportunidade, provavelmente, de ver a sua proposta aprovada e não sabia qual era o sentido de voto dos membros da Câmara. Não achou razoável o número do senhor Presidente porque se estava convicto de que esta era a melhor proposta, perguntando-lhe porque é que a ia retirar. Disse que se a Câmara hoje, tivesse quatro votos contra a sua proposta, o senhor Presidente podia dizer que apresentou uma proposta que considerava a melhor proposta e foi chumbada, e no próprio dia, retirar a proposta e depois dizer que cumpriu a sua missão, não lhe pareceu sério. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que estava a tomar esta decisão, em função das posições dos senhores Vereadores. Referiu que os quatro elementos disseram que não estavam de acordo, se não estavam em condições para viabilizar a proposta que o senhor Presidente apresentou, perguntou se era agora que o Presidente e uma Vereadora, que iam viabilizar uma proposta, o que não fazia sentido. Pensou que era consensual porque se imaginasse que isto criava este problema, depois de discutirem o assunto há tanto tempo com a insistência, particularmente, do senhor Presidente de Junta de Ferrel, nem tinha pensado, empenhou-se a pensar que seria uma questão consensual e ficou surpreendido. Disse que os senhores Vereadores podiam pensar que não os convidou para a reunião de sexta-feira, a pensar que iam levantar dificuldades, assim que viu as circunstâncias, arrependeu-se logo. Disse que estava mais tranquilo a partir do momento que fez uma proposta, que pensava que ia resolver ou procurava, pelo menos, o mérito da proposta, era um sinal para procurar resolver um problema de insegurança que existe, independentemente dos outros todos. Apresentou a proposta, pensando que seria um contributo para contribuir para a minoração dos riscos de insegurança no nosso concelho na noite e os senhores Vereadores tinham dúvidas, acharam que não estavam criadas condições, por várias circunstancias e razões que já apresentaram, que respeitava, mas não fazia sentido, perante os factos que são evidenciados, se os quatro senhores Vereadores apresentam esta situação, como é que se devia apresentar uma proposta que, no mínimo, deveria contar com uma posição consensual entre os vereadores, não tinha que ter a maioria, mas era aquilo que entendia.

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Do ponto de vista legal, tinha muitas dúvidas que o senhor Presidente possa retirar a proposta, porque partir do momento em que estava na Ordem de Trabalhos e que apresenta à Câmara, a proposta deixou de ser sua e era da Câmara, portanto, se a Câmara se opuser que a proposta se retire, não podia retirar, era assim do ponto de vista legal, mas a questão não era essa, a questão era se o senhor Presidente tinha a convicção que esta era a resolução do problema, se tinha a viabilização da proposta de toda a parte, referindo que os senhores Vereadores não disseram que votaram contra, disseram que viabilizaram a proposta, referindo que abster era viabilizar. Disse que viabilizaram a proposta e agora o senhor Presidente retirava-a e vai fazer uma declaração, que só podia ser política, a proposta não era votada, não havia declaração de voto e por isso também tinha que fazer uma declaração política, chamando a atenção para a irresponsabilidade disto tudo.

Senhora Vereadora Cristina Leitão.

- Disse que até estava bastante tranquila depois de ter feito a intervenção, mas depois de o senhor Presidente quase acusar os senhores Vereadores de que se alguma coisa correr mal, até parecia que a culpa era dos senhores Vereadores, referindo que levantaram questões, tiveram dúvidas, mas até já se tinha percebido que esta proposta passava, até num sistema de ver se funcionava e agora parecia que o senhor Presidente até queria que não passasse, para depois mandarem-lhes as culpas, não se revia e nem se queria rever nessa questão e se, como o senhor Vereador Jorge Gonçalves dizia com razão, que não era ao senhor Presidente que cabia retirar a proposta, se o senhor Presidente votar para retirar a proposta, aí votava contra o retirar da proposta, queria que fosse votada, porque não queria ficar com este ónus. Disse que se agora, o senhor Presidente vem fazer uma declaração, o senhor Vereador Jorge Gonçalves vai fazer uma declaração, naturalmente que ia fazer uma declaração. Disse que neste momento, estava a tentar ver se resolviam um assunto, mas já estava com alguma dificuldade em dizer alguma coisa, mas não queria deixar de lhe dizer que já não se sentia bem, por o senhor Presidente vir pôr as culpas por cima dos senhores Vereadores, que vai ou que quer retirar a proposta, porque não era consensual e não era por unanimidade.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Já reafirmou que se soubesse, se imaginasse, a partir do pressuposto errado, mais uma vez que havia uma posição consensual, obviamente que podia fazer outras avaliações, não tinha apresentado, perguntando se seriam obrigados a viabilizar uma proposta, só os dois, depois de constatarem que não havia consenso, tinham o direito de retirar a proposta e se os senhores Vereadores entenderam que não, iam votar. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que não estava de acordo com os seus colegas, porque achou que da mesma maneira que tem retirado outras propostas, por outras razões, também não via que não possa retirar esta. Sobre a retirada da proposta, entendê-la-ia para analisarem melhor o assunto e dentro desse pressuposto, achou que sim. Disse que da primeira vez que olhou para a proposta, parecia-lhe razoável fechar às quatro e depois, quando aprofundou um pouco a questão, chegou à conclusão que havia outros fatores que tem de ser tidos em conta. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Respeitou as opiniões dos senhores Vereadores. Disse que era pertinente, a partir do momento que se perspetiva o encerramento dos bares só no Baleal e não em Peniche, tinham de pôr tudo ao molhe, a Assembleia Municipal tinha o direito a discutir, todos os agentes, a população, referindo que era uma medida excecional para este momento, mas exigir em uma ou duas semanas, que se

vá fazer um fundamento para a medida excepcional, achou que não fazia muito sentido, podia haver mais informação, era uma questão de trabalharem e verem com quem de direito, para conseguirem dar e era justo que possam dar informações aos senhores Vereadores. Disse que as questões que foram colocadas são pertinentes, respeitou-as, e no seu ponto de vista, inviabilizava a tomada de posição neste momento, por ser uma maioria que não se sentia confortável, na sua opinião, para votar favoravelmente uma moção destas e por isso, também não ficava confortável, porque podia parecer que eram quem estava a impor sozinho, uma medida excepcional, não fazia sentido, tinha de ser consensual. Reconheceu que houve uma falha da sua parte e teria a ver com o facto de ter partido do pressuposto errado. -----

Senhor Vereador, Filipe Sales:

- Percebeu a atitude do senhor Presidente que, para um dossier importante, já que não havia consenso, que se retire para tentar apurar o consenso. Disse que o senhor Presidente não tinha esta postura em todos os dossiers, seria bom que isso ficasse claro, noutros dossiers até dizia convictamente que vai fazer política com isso. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Tinha a convicção, na altura, em relação ao Multiusos, mesmo com a responsabilidade acrescida que era, em termos financeiros para o Município, uma oportunidade muito grande, referindo que gostava de estar enganado, que será muito difícil de ultrapassar nos próximos anos. -----

Senhor Vereador, Jorge Gonçalves:

- Disse que a proposta foi retirada pelo senhor Presidente, por si apresentada, não colocando a votação, sabendo que era a solução que advogava e sabendo previamente que tinha a proposta aprovada favoravelmente. Quis que ficasse na ata que a proposta tinha condições para ser aprovada. Disse que não estavam obrigados a dizer qual era o seu sentido de voto antes da votação, fizeram-no porque quiseram fazê-lo e a proposta vinha à Câmara para ser votada. Quis que ficasse na ata que a proposta foi retirada pelo senhor Presidente, sem se submeter a votação, sabendo previamente que a mesma seria aprovada. -----

REUNIÕES DE CÂMARA:

19) Realização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal no período de verão – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 903/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de julho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a necessidade de ajustar o calendário das reuniões da Câmara Municipal ao funcionamento da Câmara Municipal no período de verão, proponho, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal, suprimir as reuniões ordinárias da Câmara Municipal para os dias 12 e 26 de agosto de 2019.» (Doc.458 NIPG 13100/19)-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 904/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo treze horas e dez minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 27 de janeiro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
